

Uma introdução ao tópos da neocracia

Breno Fernandes¹

Aquilo de que vou falar a partir de agora é o resultado da minha pesquisa de pós-doutorado, cujo corpus foi formado por cinco romances: *A cruzada das crianças* (1896), do escritor francês Marcel Schwob (1867–1905); *Peter e Wendy* (1911), clássico do escritor escocês J. M. Barrie (1860–1937); *Capitães da areia* (1937), de Jorge Amado (1912–2001); *O senhor das moscas* (1954), do inglês William Golding (1911–1993); e por fim *República luminosa* (2017), do escritor espanhol Andrés Barba (1975–).

Como se nota, os cinco romances abarcam um longo período, que vai do final do século XIX ao início do século XXI, e pertencem a diferentes sistemas literários. No entanto existe um ponto de conexão entre essas obras tão distantes no tempo e no espaço. Diz respeito ao fato de que cada uma apresenta uma comunidade de crianças que vive e que se organiza sem a tutela de adultos, seja porque os adultos rechaçam as crianças, como se verifica em *Capitães da areia*, romance em que os protagonistas são marginalizados pela sociedade; seja porque os adultos não estão presentes por algum motivo, como é o caso de *O senhor das moscas*, em que apenas meninos se encontram presos na ilha deserta em que a história se passa; seja ainda porque são as crianças que rechaçam os adultos, o que ocorre nas três obras restantes.

Essas sociedades ou comunidades de crianças que vivem de forma autônoma, sem tutela de adultos... às vezes contando com alguma colaboração destes, mas noutras entrando em confronto direto com os adultos... essas comunidades eu chamo de neocracias. E me interessam especialmente aquelas que têm o adulto como leitor modelo — o que é o caso dos cinco romances mencionados.

Minha pesquisa com o tema começou quando percebi que havia histórias de neocracias (ou seja, de comunidades autônomas de crianças) se repetindo ao longo do tempo, em diferentes autores e em diferentes sistemas literários. Tal dinâmica de repetição está na base do que se compreende como um tópos literário — sendo os porquês da repetição e o que fazer

¹ Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo e em Letras Vernáculas, Mestre em Relações Internacionais e Doutor em Literatura & Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Este texto é fruto de pesquisa elaborada, entre maio de 2022 e maio de 2023, no âmbito do estágio pós-doutoral realizado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP, sob supervisão da Prof.^a Dr.^a Elizabeth da Penha Cardoso. E-mail: brenofernandes@gmail.com.

com ela aquilo que diferencia uma e outra abordagem do conceito. E a noção de tópos que usei na pesquisa, a que me pareceu mais interessante, foi a de Caster Meiner (2018), professor de literatura da Universidade de Copenhague.

Meiner trabalha com o que chama de *dupla topologia*: um convite para que avaliemos um tópos sempre em relação ao regime de verdade da época em que sua manifestação ocorre, a fim de perceber uma espécie de desvio da norma cultural, daquilo que é hegemônico — ou, usando as palavras de Meiner, a fim de que reconheçamos no tópos uma *heterodoxa literária* que se contraponha à *doxa cultural* de seu tempo. Com base em tal ideia e analisando os cinco romances mencionados, busquei construir uma genealogia do surgimento do tópos da neocracia e tentei compreender quais seriam os desvios literários que as neocracias propõem. A seguir vou tentar resumir os resultados desses dois tópicos.

Genealogia

Entrei em contato com notórios pesquisadores de culturas ameríndias e de culturas africanas, a exemplo do Professor Eduardo Viveiros de Castro e Professora Yeda Pessoa de Castro, para descobrir se já haviam encontrado, nas culturas dos povos que estudam, alguma história em que aparecesse uma comunidade de crianças vivendo autonomamente. Ninguém conseguiu se lembrar de nada parecido, tampouco eu, ao longo do último ano, fui capaz de encontrar algo do gênero por conta própria, relacionado a sociedades não europeias. Deste modo a história mais antiga que apresenta uma neocracia nos situa na Europa do século XIII, quando surgiu uma lenda acerca de um grupo de crianças que, em 1212, teria se reunido numa cruzada informal, com o intuito de chegar a Jerusalém e, uma vez lá, expulsar os muçulmanos. O grupo, entretanto, teria desaparecido, ninguém sabe onde, ninguém sabe quando.

É curioso pensar que essa seja uma história surgida no século XIII. Em se considerando o ensaio que Barbara Tuchman (1979) escreve sobre o século seguinte, o século XVI europeu, somos levados a crer que, na literatura medieval,

[...] o papel principal das crianças era morrer, geralmente afogadas, enforcadas ou abandonadas numa floresta por ordens de algum rei temeroso de profecias ou de algum marido louco, a fim de testar a resiliência de sua esposa. As mulheres [aliás] raramente apareciam como mães. (TUCHMAN, 1987, p. 49, tradução nossa²)

Noutras palavras, nesse período é realmente excepcional que uma história registrada que circule entre adultos tenha o protagonismo ativo de crianças. A rigor as crianças só vão se popularizar como heróis e agentes das narrativas europeias para adultos em meados do século XIX, com destaque para o pioneirismo das obras de Charles Dickens (1812–1870) e de Victor Hugo (1802–1885), que dispensam apresentações. É no final deste século, precisamente em 1896, que Marcel Schwob faz uso da velha lenda da cruzada das crianças para escrever aquela que até então considero a primeira história moderna de uma comunidade de crianças vivendo sem tutela de adultos.

Creio mesmo que o tipo de personagem coletivo de que tratamos aqui não poderia existir antes desse período, pois, como explica Philippe Ariès (2022), em *História social da criança e da família*, na Europa medieval a noção de infância, do que é ser criança, era bastante distinta daquela que viria a existir no século XIX. Ariès conta que era comum, nas sociedades estamentais, que as crianças dos diversos estamentos deixassem a casa dos pais por volta dos sete anos, para se iniciar como aprendizes de algum tipo de atividade social — fosse ser ferreiro, por exemplo, profissão a que um garoto pobre poderia almejar; fosse ser dama de companhia, algo possível para uma menina da nobreza. Em tal dinâmica, as crianças compartilhavam o mesmo espaço que os adultos, circulavam por todos os lugares ao lado destes, e a bem da verdade o conhecimento de mundo de um adulto médio daquela época não ia muito além de seu feudo, ao passo que seu conhecimento técnico não ia muito além do que ele aprendeu a reproduzir cotidianamente. É por isso que Neil Postman (2012), o ensaísta americano, autor de *O desaparecimento da infância*, atribui grande peso ao impacto que a revolução tipográfica teve para nossa concepção moderno-contemporânea do que é ser criança e o que é ser adulto. Para Postman, a capacidade de acumular conhecimento em livros fez com que a noção de ser adulto se distendesse a ponto de não cobrir mais só a maturação do corpo e a passagem por certos ritos culturais. Ser adulto, no sentido de ser letrado, passou a ser também um status que a criança precisaria alcançar ativamente.

Em se justapondo as observações de Ariès às de Postman, fica claro que a nova convicção do que é ser criança ou adulto surgiu num nicho cultural específico, a burguesia

² “In literature the chief role of children was to die, usually drowned, smothered, or abandoned in a forest on the orders of some king fearing prophecy or mad husband testing a wife's endurance. Women appear rarely as mothers.”

europeia. Ariès conta que, em paralelo à educação livresca, surgiu uma protopedagogia — desenvolvida em grande medida por membros de congregações religiosas, os patronos das escolas confessionais do nosso tempo — interessada em aconselhar qual seria o melhor modo de vida para a criança. Ao acatarem tais conselhos, os burgueses, que eram o público-alvo dos protopedagogos, promoveram mudanças significativas em relação aos costumes medievais. Por exemplo, a casa burguesa. Na Idade Média, as casas eram os lugares públicos por excelência. Eram pontos de encontro, de socialização; eram locais de trabalho; enfim, eram distintas da casa burguesa, pensada para manter uma barreira entre o que é público e o que é privado; a vida íntima de um lado da porta, a vida social do outro. Essa configuração arquitetônica tem uma história, e na visão de Ariès a casa burguesa deriva em parte da tese defendida pelos protopedagogos, de que as crianças precisariam de um espaço seguro, quieto, isolado, para se desenvolver. Nas palavras de Ariès, “passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos” (ARIÈS, 2022, p. 349).

É então que começa um processo de diferenciação radical entre o adulto e a criança. Primeiro, é claro, como fenômeno da cultura burguesa da Europa. Mas já no século XIX essa forma de ver a criança se tornaria hegemônica em todas as classes da Europa e já começava a se espalhar pelo mundo, por meio do imperialismo europeu. E eis o ponto que gostaria de enfatizar: essa diferenciação constrói uma nova relação de poder. Ela guarda em si o desejo do adulto de controlar, de ter poder sobre o grupo social formado pelas crianças.

Inspirado por *Orientalismo*, de Edward Said (2007), passei a dizer que a criança é o Oriente do adulto. Pois, assim como o Oriente foi inventado pelo Ocidente — e serviu de ferramenta no processo de construção do eu ocidental —, a criança seria uma identidade imposta pelo adulto, que por sua vez a utilizou na construção da própria identidade adulta.

Se o Oriente é o lá longe da Europa, tão longe no espaço que quem vive lá *não* pode ser como nós, europeus, a criança é o lá longe do adulto. Ela está tão longe no tempo que quem vive aquela fase certamente não pode ser como nós, adultos.

Da mesma forma que, segundo Said, o oriental se tornou uma espécie de abstração ideal e imutável, cujo fim é garantir a perene superioridade do ocidental, a criança se tornou uma abstração igualmente ideal e imutável, a fim de garantir aos adultos o acesso e o controle de um mundo do qual as crianças só podem participar como tuteladas, nunca como agentes. Por isso é tão relevante essa luta que a gente tem visto ser encabeçada pela Greta Thunberg e por

coletivos de crianças e de adolescentes, como o Extinction Rebellion e o Fridays for Future. Esses movimentos representam um questionamento sonoro à lógica de que as crianças, mesmo vivendo o hoje, o aqui e agora, não podem tomar parte das decisões referentes ao bem comum.

O que sustenta tal alijamento político, a meu ver, é a orientalização da criança que surgiu na modernidade. Ao dizer isso, não advogo por um apagamento *total* das diferenças entre o adulto e a criança, mas sim por um questionamento daquilo que chamo de *mitologia da criança*, um conjunto de faltas, de incapacidades, de inabilidades que aprendemos a tomar como pressuposto do que é o ser criança. Ou o contrário disso: uma idealização tão opressora da criança, que a retira da esfera do humano. Quando, por exemplo, vejo replicado por aí o refrão de *O que é, o que é?*, a canção de Gonzaguinha que diz: “Eu fico com a pureza da resposta das crianças...”, não deixo de ver nisso um sinal da força da mitologia da criança, que sustenta a crença de que haveria nela uma pureza inata. Defender essa ideia, me parece, implica desconsiderar a capacidade e a necessidade da criança de praticar afetos importantes e bastante humanos, como a raiva, o ódio, a inveja.

A meu ver, é na crítica a essa mitologia que está a relevância do tópos da neocracia. Tópos que, aliás, recebeu esse nome, que significa *governo dos novos*, e não pedocracia, ou seja, *governo das crianças*, com o intuito de enfatizar a busca de uma identidade nova e compartilhada por adultos e por crianças. Um entre-lugar entre esses dois polos.

Desvios

Na análise dos cinco romances nos quais identifiquei o tópos da neocracia, encontrei pelo menos quatro características que compõem a mitologia da criança, surgida na modernidade europeia e transformada num traço do mundo pós-colonial.

A primeira é a pretensa universalidade do conceito de criança, ou seja, o difundido hábito de falarmos dela como abstração, transformando discursivamente as crianças num único ser, homogêneo, imutável, sem considerar os efeitos práticos, na vida cotidiana, das intersecções de gênero, de raça, de sexualidade, de classe...de todas as variáveis que possibilitam, por exemplo, enxergar precocidade sexual nas meninas ou tratar crianças negras e indígenas como menos crianças do que as brancas. Noutras palavras, enquanto se pode

observar nas crianças reais a reprodução do mesmo tipo de preconceitos que acomete adultos, em âmbito discursivo esse aspecto da realidade é frequentemente deixado de lado, nas assertivas e assunções que costumamos fazer sobre a criança.

A segunda e a terceira características da mitologia da criança são correlatas. Ambas partem da ideia de que a criança seria organicamente inocente, e o que acontece é que essa inocência às vezes é tomada como sinônimo de pureza e noutras vezes seria sinônimo de ignorância. Seja como for, os adultos fazemos disso um pilar da ideologia que justifica que as crianças fiquem sempre de fora das esferas de debate e de decisão política. Elas seriam puras demais, inaptas para as artimanhas da política, facilmente enganáveis, sem o conhecimento de vida necessário à tarefa, ou ainda, seriam incapazes de lidar com a violência e com o confronto, cuja regulação é fundamental numa sociedade organizada.

Por fim, a quarta característica da criança orientalizada — ou mitologizada — seria a ideia de que a criança tem uma tendência à desordem e ao caos, e somente por meio da disciplina do adulto ela poderia aprender a criar ordem. Isso é especialmente visível no romance *O senhor das moscas*, nas repetidas cenas em que o personagem Porquinho tenta evitar confrontos entre os meninos alegando que estão agindo feito crianças, quando deveriam agir como adultos. Mas, logo no início do romance, é o próprio Porquinho que informa aos demais que o motivo de eles talvez fiquem na ilha para sempre é que a guerra nuclear foi desencadeada. Talvez não haja mais para onde nem para quem voltar. Ele só esquece de mencionar que, se há culpados para tal catástrofe, certamente são todos adultos. Porquinho, portanto, seria uma criança que já introjetou plenamente a ideologia que o subjuga.

Há pouco, falei de uma possível mudança que estaríamos testemunhando na relação de força entre adultos e crianças, com base no que tem acontecido no âmbito da luta ambiental. É um tema que antropólogos da infância, como Spyrou (2020), têm observado atentamente. Creio que seja uma luta longa e sem final pré-definido. E, embora ela agora conte com as próprias crianças se organizando, se fazendo ver e ouvir nos principais palcos e nas maiores esferas de debate público, esse movimento envolve disputas representacionais que vêm sendo travadas há mais tempo. Penso que os romances de neocracias estão engajados nas mudanças representacionais em questão há mais de um século, mostrando aos adultos (que, volto a repetir, são o público leitor das obras que analisei) que as crianças não são incapazes de tomar parte naquilo que diz respeito ao bem-comum. É por construírem representações contrárias a

essa ideia que tais romances provocam um desvio literário da doxa cultural, favorável à cristalização da criança orientalizada.

No entanto, observando nesses romances o comportamento dos adultos que entram em conflito com as crianças organizadas em comunidades e que não fazem questão de sua tutela, como os garotos de *Capitães da areia* ou de *República luminosa*, surge a impressão de que um dos grandes entraves para a *desorientalização* das crianças e para a consequente caminhada rumo a uma participação mais ampla delas nas decisões do bem-comum seria o fato de que os adultos de hoje, talvez, não sejamos capazes de abrir mão da mitologia da criança. Quer dizer, essa mitologia parece ser um elemento psíquico tão basilar na construção da identidade adulta, que ainda não estaríamos aptos nem dispostos a promover mudança tão radical em nós mesmos.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. *Capitães da areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

BARBA, Andrés. *República luminosa*. Tradução de Antônio Xerxenesky. São Paulo: Todavia, 2018.

BARRIE, J. M. *Peter e Wendy*. Tradução de Sergio Flaksman. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

GOLDING, William. *O senhor das moscas*. Tradução de Geraldo Galvão Ferraz. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

MEINER, Carsten. Modernizando a topologia literária: convenção, contingência e história. Tradução de Caetano W. Galindo. *Versalete*, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 181-212, 2018.

POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Tradução de Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 2012.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWOB, Marcel. *A cruzada das crianças*. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Editora 34, 2020.

SPYROU, Spyros. Children as future-makers. *Childhood*, v. 27, n. 1, p. 3-7, 2020.

TUCHMAN, Barbara W. *A distant mirror: the calamitous 14th century*. Nova York: Ballantine Books, 1979.